



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

Através do presente, conforme previsto no art. 3º, inciso IV, alínea “a” da Resolução nº 1.134/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, apresentamos o relatório circunstanciado do Presidente da Câmara Municipal sobre sua gestão, indicando o atingimento das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, bem como as demais informações financeiras relativas à execução orçamentária.

Inicialmente, cabem as informações de ordem financeira e, nesse sentido, informamos que as operações relativas à execução orçamentária e financeira da Câmara Municipal são realizadas separadamente da contabilidade do Poder Executivo.

A Lei N.º 9.532, de 28 de dezembro de 2022, que estimou a Receita e fixou a Despesa do Município para o exercício financeiro de 2023, onde ficou inicialmente consignado para o Poder Legislativo recursos no montante de R\$ 6.129.500,00.

Face ao disposto no art. 29-A da Constituição Federal, considerando a população do Município, que é de 42.942 habitantes, o total da despesa do Poder Legislativo estava limitado em 7% do somatório da Receita Tributária e das Transferências Constitucionais mencionadas no dispositivo, efetivamente realizadas no exercício anterior. Tendo por base os dados do Relatório de Validação e Encaminhamento, emitido através do Sistema Informatizado para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC) as despesas totais do Poder Legislativo Municipal representaram 4,04% sobre a receita realizada no exercício anterior, sendo que a despesa com folha de pagamentos, conforme a metodologia de cálculo detalhada na Instrução Normativa nº 18/2021 do TCE/RS, representou 49,27 % do limite estabelecido no Art. 29-A da Constituição Federal, portanto, abaixo do limite estabelecido.



No que tange aos gastos com pessoal, informamos que houve a concessão de revisão geral anual dos subsídios dos vereadores e vencimentos dos servidores lotados no Poder Legislativo em decorrência dos efeitos da Lei Complementar nº 173/2020 e Leis 9.572 e 9.571 de fevereiro de 2023. Dessa forma, quando confrontadas com a Receita Corrente Líquida, apurada conforme relatório de gestão fiscal já encaminhado a esta Corte de Contas, as despesas com pessoal do Poder Legislativo representaram 2,52% da Receita Corrente Líquida. Assim, verifica-se o atendimento do limite estabelecido no art. 20, inciso III, alínea “a” da Lei Complementar nº 101/2000.

Por sua vez, a despesa com a remuneração dos Vereadores, entendida esta como a despesa com subsídios, verba de Representação e encargos sociais incidentes sobre a remuneração dos vereadores, na forma do art. 29, VII da Constituição Federal, atingiu o montante de R\$ 1.299.241,99, o qual representa 0,76% da Receita do Município. Assim, verifica-se que o percentual apurado ficou abaixo do limite constitucional estabelecido no art. 29, inciso VII da Constituição.

O Poder Legislativo Municipal, ao final do exercício em exame, deixou R\$ 32.087,13 de restos a pagar referente a empenhos de INSS do mês de dezembro de 2023 e R\$ 16.259,79, referente a INSS retido na Folha de Pagamento dos servidores e vereadores no mês de dezembro de 2023, tendo saldo em suas contas bancárias no valor de R\$ 67.702,01 para a devida compensação. O saldo de R\$ 19.355,09 ficou como adiantamento de duodécimo para o próximo exercício.

Com relação às metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de diretrizes Orçamentárias para o exercício em análise, cumpre informar que, nos termos da Lei Municipal nº 8616/2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município para o exercício de 2023, em relação ao Poder Legislativo, foram estabelecidas, no respectivo anexo, metas e prioridades de acordo com o Plano Plurianual.



É relevante, também destacar, em relação ao disposto na Lei Federal nº 4.320/64, que todas as despesas foram escrituradas em conformidade com as normas previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

a) A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado;

b) Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação da Lei Federal nº 4.320/64 e Normas Complementares disciplinadoras da despesa pública;

c) Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60, 63 e 64 da Lei Federal nº 4.320/64;

d) As notas de empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, etc.), nos termos da legislação vigente;

Ainda, face ao princípio da transparência, insculpido na Constituição Federal, julgamos de fundamental relevância informar, sucintamente, o resultado da atividade legislativa exercida pela edilidade no exercício de 2023, conforme segue:

O Poder Legislativo do Município de Santo Antônio da Patrulha reuniu-se num total de 48 sessões, assim distribuídas:

47 Sessões Ordinárias foram realizadas;

01 Sessões Extraordinárias;

As proposições oriundas do Poder Executivo e Poder Legislativo, bem como outras proposições e matérias afins, estão publicadas no site da Câmara e respectivas atas.

Informamos que, durante o exercício de 2023, o Poder Legislativo Municipal esteve sob a Presidência do Vereador Ezequiel Peixoto Muniz, tendo como Vice-Presidente o vereador Gilberto Ferreira de Souza e como Secretário, o vereador



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Samuel Schimidt de Souza. O vereador Gilberto Ferreira de Souza assumiu a presidência no período de 22/12/2023 a 26/12/2023.

O relatório demonstra os principais aspectos da Gestão da Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha no exercício de 2023, cujos resultados, em termos orçamentários e financeiros, estão consolidados nas peças que constituem o Balanço Geral do Município, já encaminhado a esta Corte de Contas. Toda a documentação comprobatória dos atos e fatos ora relatados encontra-se a disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários, junto a Câmara Municipal.

É o que tenho a relatar.

Santo Antônio da Patrulha, março de 2024.

Sergio Alexandre Airoidi

Presidente da Câmara